

Demonstrações Financeiras

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório do Auditor Independente

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial levantado	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
São José dos Pinhais - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



Building a better
working world

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ezequiel Litvac'.

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Balanço patrimonial levantado
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.729	11.621
Clientes	6	11.214	9.815
Despesas antecipadas	7	7	198
Tributos a recuperar	8	79	338
Partes relacionadas	15	1	1
Outros créditos		424	445
Total do ativo circulante		31.454	22.418
Não circulante			
Tributos diferidos	12.a)	3.074	3.085
Depósitos judiciais	9	1.173	1.620
Imobilizado	10	8.325	11.882
Intangível	11	188.218	202.692
Total do ativo não circulante		200.790	219.279
Total do ativo		232.244	241.697

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		2.382	1.977
Debêntures	14	161.998	165.965
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	2.371	2.220
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.400	1.578
Partes relacionadas - fornecedores	15	921	3.977
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12.c)	3.042	772
Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar	20.d)	179	95
Provisão para manutenção	16	4.292	4.326
Obrigações com poder concedente	17	603	877
Outras contas a pagar		310	596
Total do passivo circulante		177.498	182.383
Não circulante			
Provisão para manutenção	16	9.961	8.157
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	19	1.098	3.697
Outras contas a pagar		907	1.030
Total do passivo não circulante		11.966	12.884
Patrimônio líquido			
Capital social	20.a)	27.600	27.600
Reserva de lucros - legal	20.b)	5.520	5.520
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	20.c)	433	433
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	20.d)	9.227	12.877
Total do patrimônio líquido		42.780	46.430
Total do passivo e patrimônio líquido		232.244	241.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	21	247.916	268.717
Custo dos serviços prestados	22	(93.048)	(135.503)
Lucro bruto		<u>154.868</u>	<u>133.214</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(17.354)	(15.844)
Outras receitas (despesas), líquidas		1	(2)
		<u>(17.353)</u>	<u>(15.846)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>137.515</u>	<u>117.368</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	3.456	1.317
Despesas financeiras	23	(24.804)	(23.320)
		<u>(21.348)</u>	<u>(22.003)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda E da contribuição social		<u>116.167</u>	<u>95.365</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12.b)	(38.587)	(32.047)
Diferidos	12.b)	(11)	275
		<u>(38.598)</u>	<u>(31.772)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>77.569</u>	<u>63.593</u>
Lucro líquido por ação (em r\$) - básico e diluído	24	<u>2,81</u>	<u>4,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	77.569	63.593
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>77.569</u>	<u>63.593</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.600	297	3.120	10.550	-	29.567
Aporte de Capital	20.a)	12.000	-	-	-	12.000
Opções de ações outorgadas reconhecidas	20.c)	-	136	-	-	136
Dividendos pagos (R\$0,68 por ação)	20.d)	-	-	(10.550)	-	(10.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.593	63.593
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	20.b)	-	2.400	-	(2.400)	-
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,08 por ação)	20.d)	-	-	-	(1.171)	(1.171)
Dividendos intermediários pagos (R\$3,02 por ação)	20.d)	-	-	-	(47.145)	(47.145)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,47 por ação)	20.d)	-	-	12.877	(12.877)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	27.600	433	5.520	12.877	-	46.430
Dividendos pagos (R\$0,47 por ação)	20.d)	-	-	(12.877)	-	(12.877)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	77.569	77.569
Destinação do lucro:						
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,09 por ação)	20.d)	-	-	-	(2.491)	(2.491)
Dividendos intermediários pagos (R\$2,39 por ação)	20.d)	-	-	-	(65.851)	(65.851)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,33 por ação)	20.d)	-	-	9.227	(9.227)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	27.600	433	5.520	9.227	-	42.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido	77.569	63.593
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	33.239	28.916
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	200
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	23.070	20.685
Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(751)	1.309
Atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	(1.299)	340
Constituição de provisão para manutenção	6.491	5.600
Atualização monetária de provisão para manutenção	1.646	1.487
Plano de opção com base em ações	-	136
Obrigações com Poder Concedente	4.043	3.680
Levantamento de depósitos judiciais	824	27
Atualização monetária de depósitos judiciais	(186)	(188)
Tributos diferidos	11	(275)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(5)	5
Provisão para imposto de renda e contribuição social	38.587	32.322
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.394)	(1.553)
Tributos a recuperar	259	(338)
Despesas antecipadas	191	615
Outros créditos e outras contas a receber	21	(278)
Depósitos judiciais	(191)	(125)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	405	(1.692)
Obrigações sociais e trabalhistas	(178)	(561)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	151	45
Partes relacionadas - fornecedores	(3.056)	2.212
Pagamentos de perdas cíveis e trabalhistas	(549)	(1.830)
Pagamento de manutenção	(6.367)	(8.220)
Outras contas a pagar	(409)	70
Imposto de renda e contribuição social	(36.317)	(36.091)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	135.805	110.091
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(777)	(1.398)
Aquisição de intangível	(14.431)	(52.380)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.208)	(53.778)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	12.000
Pagamento de obrigações com poder concedente	(4.317)	(3.614)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(81.135)	(58.771)
Juros pagos	(27.037)	(355)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(112.489)	(50.740)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.108	5.573
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.621	6.048
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.729	11.621
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.108	5.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

· Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

· Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures e contas a pagar, são acrescidos de custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

· Empréstimos

Após reconhecimento inicial, empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

· Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2016 não houve indenização relevantes.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 Joint Venture	Tem o objetivo de esclarecer que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo divulgar informações aos usuários para que possam avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 16,15% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos:	5.079	3.166
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	6.722	3.349
Aplicações compromissadas (b)	5.927	3.011
Aplicações automáticas compromissadas (c)	2.001	2.095
Total	<u>19.729</u>	<u>11.621</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de Dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Público.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90,0% CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/12/2016	31/12/2015
Pedágio eletrônico	10.606	9.296
Cupons de pedágio	493	385
Receitas acessórias	115	139
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (a)	-	(5)
	11.214	9.815

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	11.210	9.801
Vencidos:		
Até 30 dias	3	12
De 31 a 120 dias	1	2
Acima de 120 dias	-	5
	11.214	9.820

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	5	-
Constituição de PECLD no exercício	3	5
Valores recuperados no exercício	(8)	-
	-	5

7. Despesas antecipadas

O saldo de R\$7, em 31 de dezembro de 2016, classificado no ativo circulante (R\$198 em 31 de dezembro de 2015), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa n. 28.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ/CSLL a recuperar	79	293
IRRF a recuperar	-	45
	<u>79</u>	<u>338</u>

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	1.620	1.334
Adições	191	125
Baixas	(824)	(27)
Atualização monetária	186	188
Saldo no fim do exercício	<u>1.173</u>	<u>1.620</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	8,8	11.806	534	-	-	12.340	(8.852)	(1.058)	-	-	(9.910)	2.430	2.954
Maquinas e equipamentos	8,2	1.908	81	-	-	1.989	(1.402)	(159)	-	-	(1.561)	428	506
Móveis e utensílios	6,4	1.167	16	-	-	1.183	(766)	(75)	-	-	(841)	342	401
Veículos	20,7	1.469	88	-	-	1.557	(413)	(313)	-	-	(726)	831	1.056
Instalações	10,6	3.752	202	-	-	3.954	(710)	(409)	-	-	(1.119)	2.835	3.042
Terrenos	-	48	-	-	-	48	-	-	-	-	-	48	48
Edificações	4,0	13.165	-	-	-	13.165	(9.312)	(530)	-	(106)	(9.948)	3.217	3.853
Outros	6,7	3.220	477	(200)	-	3.497	(1.634)	(218)	-	106	(1.746)	1.751	1.586
		36.535	1.398	(200)	-	37.733	(23.089)	(2.762)	-	-	(25.851)	11.882	13.446

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	7,8	12.340	301	-	12.641	(9.910)	(972)	-	(10.882)	1.759	2.430
Maquinas e equipamentos	7,0	1.989	297	1	2.287	(1.561)	(149)	-	(1.710)	577	428
Móveis e utensílios	6,2	1.183	9	(2)	1.190	(841)	(73)	-	(914)	276	342
Veículos	20,4	1.557	-	-	1.557	(726)	(318)	-	(1.044)	513	831
Instalações	10,7	3.954	170	1	4.125	(1.119)	(434)	(1)	(1.554)	2.571	2.835
Terrenos	-	48	-	-	48	-	-	-	-	48	48
Edificações	4,8	13.165	-	-	13.165	(9.948)	(637)	1	(10.584)	2.581	3.217
Outros	4,0	3.497	-	(1.678)	1.819	(1.746)	(73)	-	(1.819)	-	1.751
		37.733	777	(1.678)	36.832	(25.851)	(2.656)	-	(28.507)	8.325	11.882

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos, ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram capitalizados encargos financeiros.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
		Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	276.792	52.192	-	-	328.984	(100.753)	(26.068)	-	(126.821)
Softwares de terceiros	-	235	-	-	-	235	-	-	-	-	235	235
	7,6	1.034	188	-	-	1.222	(842)	(86)	-	(928)	294	192
		278.061	52.380	-	-	330.441	(101.595)	(26.154)	-	(127.749)	202.692	176.466

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
		Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	328.984	1.921	-	6.407	337.312	(126.821)	(30.467)	-	(157.288)
Softwares de terceiros	-	235	12.114	-	(4.729)	7.620	-	-	-	-	7.620	235
	8,2	1.222	396	-	-	1.618	(928)	(116)	-	(1.044)	574	294
		330.441	14.431	-	1.678	346.550	(127.749)	(30.583)	-	(158.332)	188.218	202.692

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2016 é 9,06% (8,61% em 31 de dezembro de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016	31/12/2016
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1.257	201	(1.085)	373	(884)
Provisão para férias e encargos de diretores	111	-	(11)	100	(11)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	2	(4)	-	(2)
Provisão para manutenção ICPC01	4.450	1.369	(767)	5.052	602
Juros capitalizados	(311)	(208)	82	(437)	(126)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(2.424)	-	410	(2.014)	410
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	3.085	1.364	(1.375)	3.074	
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido					(11)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	554
2017	250	554
2018	498	554
2019	420	554
Após 2019	1.906	869
	<u>3.074</u>	<u>3.085</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

- (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*;
- (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116.167	95.365
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(39.497)	(32.424)
Juros sobre o capital próprio	847	398
Despesas indedutíveis	(118)	(10)
Incentivos fiscais (PAT)	147	148
Ajuste plano de opções com base em ações	-	54
Outros	23	62
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(38.598)	(31.772)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(38.587)	(32.047)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(11)	275
Taxa efetiva	33,2%	33,3%

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	772	4.541
Despesa IR/CS corrente DRE	38.587	32.322
Total IR/CS pagos no exercício	(36.317)	(36.091)
Saldo final provisão IR/CS	3.042	772

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre faturamento:		
ISS	1.151	1.118
COFINS	698	679
PIS	151	147
ISS na fonte	54	54
PIS/COFINS/CSLL na fonte	227	145
INSS na fonte	57	42
Outros impostos	33	35
	2.371	2.220

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal corrigido	143.000	143.000
Remuneração (juros)	19.000	23.026
Custos com emissão de debêntures (*)	(2)	(61)
	<u>161.998</u>	<u>165.965</u>
Circulante	161.998	165.965

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	165.965	145.360
Juros pagos	(27.037)	(80)
Encargos financeiros	23.070	20.685
Saldo final	<u>161.998</u>	<u>165.965</u>

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	14.300 (série única)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2016	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	Atualização monetária anual pela variação do CDI
Remuneração (juros e correção)	115,0% do CDI
Vencimento da remuneração (juros e correção)	17/05/2017
Vencimento da amortização	17/05/2017
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
Garantias	Não há garantias de qualquer natureza.
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Concessionária Ecovia Caminho do Mar	Debêntures - Série Única - 1ª Emissão	04/11/2014	143.000	233	142.767	115,0%CDI	14,80%a.a.

O índice financeiro exigido foi atendido em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Ecovia	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado	<3,0	2,50

(*) Índices não auditadas pelo auditores independentes.

15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial		Ativo		Passivo
Companhia	Natureza	Contas a receber	Intangível	Contas a pagar
Circulante:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	1	-	870
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	141	2
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	4.225	49
Total em 31 de dezembro de 2016		1	4.366	921
Total em 31 de dezembro de 2015		1	11.807	3.977

Demonstração de resultado		Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Companhia	Natureza		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	11.155	7.393
Total em 31 de dezembro de 2016		11.155	7.393
Total em 31 de dezembro de 2015		14.401	7.484

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$21.229, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$42.048, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, há um saldo de serviços a realizar de R\$25.002. Os saldos em aberto a pagar R\$51 (sobre os serviços já realizados) tem vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não há administradores registrados na Companhia. O compartilhamento do diretor superintendente está sendo pago pela parte relacionada Rodovias das Cataratas S.A. – Ecocataratas. O valor pago pela Ecocataratas em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$168.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 20.c)	-	136
Previdência privada	-	7
Remuneração baseada em ações	-	25
	<u>-</u>	<u>168</u>

As remunerações fixa e variável estão sendo pagas pela coligada Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, devido ao compartilhamento do Diretor Superintendente.

16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão de manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com a taxa de 16,15% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrado a seguir.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2015</u>
Constituição da provisão para manutenção	57.557	7.974	-	-	65.531
Efeito a valor presente sobre a constituição	(11.073)	(2.374)	-	-	(13.447)
Realização da manutenção	(38.326)	-	(8.220)	-	(46.546)
Ajuste a valor presente - realizações	5.458	-	-	1.487	6.945
	<u>13.616</u>	<u>5.600</u>	<u>(8.220)</u>	<u>1.487</u>	<u>12.483</u>
Circulante	<u>8.223</u>				<u>4.326</u>
Não circulante	<u>5.393</u>				<u>8.157</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção	65.531	8.932	-	-	74.463
Efeito a valor presente sobre a constituição	(13.447)	(2.441)	-	-	(15.888)
Realização da manutenção	(46.546)	-	(6.367)	-	(52.913)
Ajuste a valor presente - realizações	6.945	-	-	1.646	8.591
	<u>12.483</u>	<u>6.491</u>	<u>(6.367)</u>	<u>1.646</u>	<u>14.253</u>
Circulante	<u>4.326</u>				<u>4.292</u>
Não circulante	<u>8.157</u>				<u>9.961</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Verba de Fiscalização (a)	248	238
Verba Polícia Rodoviária (b)	355	639
	<u>603</u>	<u>877</u>

(a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado mensal é de R\$248 (R\$238 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia recolhe à título de taxa de fiscalização, mensalmente a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

(b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	877	811
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	4.043	3.680
Pagamento	(4.317)	(3.614)
Saldo final	<u>603</u>	<u>877</u>

A Companhia estima montante relacionado, em 31 de dezembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de concessão. Esse valor poderá ser alterado em razão de adequação contratual e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Previsão de 2016 a 2021</u>	<u>Previsão de 2015 a 2021</u>
Melhorias na infraestrutura	74.129	81.160
Conservação especial (manutenção)	48.232	51.492
Equipamentos	11.265	11.062

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente. Mediante mútuo consenso entre as partes foi firmado acordo judicial no qual foi reconhecido o direito ao reajuste às Concessionárias. O referido acordo foi judicialmente homologado e as demandas correspondentes foram extintas.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias deram início a um processo de revisão contratual amigável desde agosto de 2011.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade destes eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações como remota.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento.

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	579	686
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	127	139
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	39	43
IRRF a recolher	41	48
Provisão de férias	445	490
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	169	172
	1.400	1.578

19. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	3.493	385	3.878
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.192	117	1.309
(-) Pagamentos	(1.741)	(89)	(1.830)
(+) Atualização monetária	391	(51)	340
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.335	362	3.697

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	3.335	362	3.697
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(915)	164	(751)
(-) Pagamentos	(430)	(119)	(549)
(+) Atualização monetária	(1.352)	53	(1.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	638	460	1.098

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$7.062 em 31 de dezembro de 2016 (R\$6.034 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2016, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$4.452 (R\$4.811 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social é de R\$27.600, representado por 27.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o saldo é de R\$5.520, sendo esse saldo o limite de constituição de reserva legal.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 256.638 ações ordinárias, como segue:

Data	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	20.667	47.541	188.430
Preço de período - R\$ por ação	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2016 não houve registro na rubrica “Plano de opção com base em ações” (R\$136 em 31 de dezembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	3ª outorga	4º outorga	5º outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	20.667	-	-	20.667
Em 31 de dezembro de 2012	20.667	-	-	20.667
Outorgadas	-	47.541	-	47.541
Em 31 de dezembro de 2013	20.667	47.541	-	68.208
Outorgadas	-	-	188.430	188.430
Em 31 de dezembro de 2014	20.667	47.541	188.430	256.638
Canceladas (*)	(20.667)	(47.541)	(188.430)	(256.638)
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-

(*) As opções foram canceladas em março de 2015, devido à transferência do beneficiário da Companhia para outra empresa do Grupo Econômico. O plano continua em vigor, motivo pelo qual a Reserva não foi revertida.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2016 no valor de R\$81.135 refere-se a: R\$12.877 referente ao lucro do exercício de 2015, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2016; R\$2.491 juros sobre capital próprio e R\$65.672 dividendos intermediários do exercício de 2016, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2017.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	77.569	63.593
Reserva legal	-	(2.400)
Base de cálculo dos dividendos	77.569	61.193
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(65.851)	(47.145)
Juros sobre o capital próprio pagos	(2.491)	(1.171)
Dividendos e JSCP pagos (a pagar) no exercício seguinte	9.227	12.877

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	113.776	105.700
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	105.515	88.328
Vale-pedágio	37.795	39.939
	<u>257.086</u>	<u>233.967</u>
Receitas de construção	11.798	53.179
Receitas acessórias (b)	1.357	1.947
Receita bruta	<u>270.241</u>	<u>289.093</u>
Deduções de receita bruta (c)	<u>(22.325)</u>	<u>(20.376)</u>
Receita líquida	<u>247.916</u>	<u>268.717</u>

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico;

(b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros;

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue a tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	257.086	233.967
Receitas acessórias	1.357	1.947
	<u>258.443</u>	<u>235.914</u>
Deduções		
Cofins (3%)	(7.753)	(7.077)
PIS (0,65%)	(1.680)	(1.534)
ISS (2% a 5%)	(12.892)	(11.765)
	<u>(22.325)</u>	<u>(20.376)</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	10.784	11.111
Conservação e manutenção	10.297	12.421
Serviços de terceiros (*)	28.344	31.151
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	1.243	1.308
Poder Concedente(vide Nota Explicativa nº 17)	4.043	3.680
Provisão para manutenção	6.491	5.600
Custos de construção de obras	11.798	53.179
Depreciações e amortizações	33.239	28.916
Locação de imóveis e máquinas	916	1.072
Outros custos e despesas operacionais	3.247	2.909
	<u>110.402</u>	<u>151.347</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	93.048	135.503
Despesas gerais e administrativas	17.354	15.844
	<u>110.402</u>	<u>151.347</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.053	1.084
Atualização monetária créditos fiscais	1.201	-
Outras	202	233
	<u>3.456</u>	<u>1.317</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(23.006)	(20.432)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(64)	(253)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1.646)	(1.487)
Outras	(88)	(1.148)
	<u>(24.804)</u>	<u>(23.320)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(21.348)</u>	<u>(22.003)</u>

24. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>77.569</u>	<u>63.593</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>27.600</u>	<u>15.897</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>2,81</u>	<u>4,00</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 20.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a Administração de participação nos resultados a seus empregados vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício de 31 de dezembro de 2016, a PLR foi de R\$534 (R\$666 em 31 de dezembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (a)	162.601	166.842
Caixa e equivalentes de caixa	(19.729)	(11.621)
Dívida líquida	142.872	155.221
Patrimônio líquido (b)	42.780	46.430
Índice de endividamento líquido	3,34	3,34

(a) A dívida é definida como debêntures e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nºs 14 e 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por compromissadas e fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 95,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	5.079	5.079
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	11.214	11.214
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	14.650	14.650
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	2.382	2.382
Debêntures (ii)	Outros passivos financeiros	161.998	161.998
Obrigações com Poder Concedente(iii)	Outros passivos financeiros	603	603

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e debêntures aproximam-se do valor justo nas datas do balanço patrimonial.
- (iii) As Obrigações com o Poder Concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, engloba o risco de taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$9.804 (R\$8.204 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses
Debêntures	115,0% do CDI	170.831

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI (a)	993	744	496
Juros sobre debêntures	Alta do CDI (b)	(25.865)	(27.359)	(28.832)
Juros a incorrer		(24.872)	(26.615)	(28.336)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (Baixa CDI) (a)	10,25%	7,69%	5,13%
CDI (Alta CDI) (b)	10,25%	12,81%	15,38%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Plano de Previdência Privada

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal dos empregados. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$116 (R\$119 em 31 de dezembro de 2015), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
“All Risk” - responsabilidade civil	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	24.000
Seguro-garantia	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	73.724
“All Risk” - perda de receita	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	270.000
“All Risk” - danos materiais	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	987.913
“All Risk” – riscos diversos	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	47
Veículos	Fevereiro de 2016 a Janeiro de 2018	Tabela Fipe

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de sua acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km. Ao todo, integram três rodovias: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecovia Caminho do Mar agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento nas metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da Companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 16.091 mil em 2016, aumento de 3,3%, decorrente principalmente do maior volume de tráfego comercial em função das exportações de grãos, apesar da redução do volume de tráfego de passeio devido ao clima desfavorável.

O reajuste contratual das tarifas de pedágio foi de 7,2% em 01/12/2015, acima do índice contratual do período devido a degressos tarifários de aditivos contratuais de anos anteriores e 4,8% em 01/12/2016.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 270,2 milhões em 2016, queda de 6,5%. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$22,3 milhões, superior 9,6% quando comparado com o exercício anterior.

Receita de Pedágio - crescimento de 9,9%, resultante dos reajustes contratuais nas tarifas de pedágio.

Receita Acessória – totalizou R\$1,4 milhão comparado a R\$1,9 milhão em 2015, devido à redução de receitas provenientes do uso da faixa de domínio.

Receita de Construção – atingiu R\$11,8 milhões, principalmente, devido à conclusão de obras contratuais.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa n.º 21 da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 247,9 milhões em 2016, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$ 236,1 milhões, aumento de 9,5% em relação a 2015.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução 27,1% totalizando R\$ 110,4 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 58,9 milhões, redução de 7,5%. Esse resultado é reflexo do programa de corte de custos implementado na Companhia. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$ 10,8 milhões em 2016, redução de 2,9%, reflexo do programa de redução de custos e despesas administrativas implementado na Companhia.

Conservação e Manutenção: R\$ 10,3 milhões em 2016, 17,1% inferior a 2015, resultante de economias com a manutenção de pavimento;

Serviços de terceiros: R\$ 28,3 milhões em 2016, 9,0% inferior a 2015, devido a readequação de contratos de prestação de serviços pela EcoRodovias Concessões (controladora direta da Companhia);

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$ 6,2 milhões em 2016, em linha com 2015.

Outros: atingiu R\$ 3,2 milhões em 2016, comparados com R\$2,9 milhões em 2015;

Depreciação e Amortização: R\$ 33,2 milhões em 2016, 15,0% superior a 2015, devido à maior base de ativos durante o ano de 2016;

Provisão para Manutenção: R\$ 6,5 milhões em 2016, aumento de 15,9% na previsão dos programas futuros para manutenção e renovação dos pavimentos das rodovias, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$ 11,8 milhões em 2016, inferior a 2015, principalmente, devido à conclusão de obras contratuais.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2016 foi de R\$ 170,8 milhões (margem EBITDA de 68,9%). O EBITDA pro forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 177,2 milhões com crescimento de 16,7% e margem EBITDA de 75,1%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 21,3 milhões, redução de 3,0 % em relação aos R\$ 22,0 milhões negativos em 2015.

Para mais informações sobre o Resultado Financeiro, vide nota explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2016, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 77,6 milhões, 22,0% superior a 2015.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou dezembro de 2016 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R\$ 19,7 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações com poder concedente) atingiu R\$ 162,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), de R\$ 142,3 milhões.

A Companhia encerrou o ano com os indicadores de Dívida Líquida/EBITDA e Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA de 0,8x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide notas explicativas nº 26 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovia Caminho do Mar totalizou R\$ 21,6 milhões em 2016, de acordo com o contrato de concessão

Informações sobre os relatórios de Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., disponível no site da www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$114,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.
